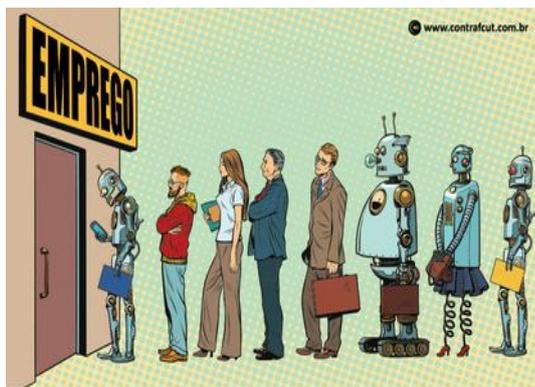


Ano XX nº 6077 – 19 de junho de 2019

No Brasil, 3,3 milhões estão desempregados há mais de dois anos



O número de desempregados cresceu 42,4% nos últimos quatro anos, de acordo com a análise de Mercado de Trabalho divulgada, ontem, terça-feira (18), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O alto índice vai em contradição à justificativa do governo ao aprovar a Reforma Trabalhista, em 2017, quando afirmou que a nova lei iria gerar mais empregos.

O estudo aponta que a parcela de desempregados, há mais de dois anos, avançou 17,4% no 1º trimestre de 2015 para 24,8% no mesmo período de 2019, atingindo 3,3 milhões de pessoas. Deste total, o desemprego atinge mais as mulheres (28,8%) do que os homens (20,3%).

Para a economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Vivian Machado, o aumento do desemprego é consequência da reforma trabalhista. “A nova lei possibilitou formas de contratação muito frágeis e podemos observar que o crescimento do desemprego, simultaneamente ao crescimento do trabalho informal e desprotegido. As pessoas vivem de bico para sobreviver. A renda do trabalhador cai e toda a economia é afetada. É uma precarização do mercado de trabalho que afeta trabalhadores, aposentados e reflete na economia como um todo do país”, afirmou.

Os contratos de trabalho intermitente (temporário e esporádico) e de jornada parcial (até 30 horas semanais) totalizam 15,5% do total de empregos com carteira assinada gerados a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista. Das 507.140 novas vagas de trabalho abertas de novembro de 2017 a abril de 2019, 58.630 foram para trabalho intermitente e 19.765 para parcial. Enquanto a maioria das vagas intermitentes foi destinada aos homens (63,6%), as mulheres formam a maior parcela das ocupações parciais (60,7%).

Substitutivo da reforma da Previdência ainda é perverso

Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), mesmo que o relatório contenha mudanças como a diminuição do tempo mínimo de contribuição para mulheres (a proposta original previa 20 anos, e o substitutivo apresentado por Moreira prevê 15 anos), a maior parte da conta da suposta economia que o governo pretende fazer com a reforma da Previdência continuará a ser paga pelos trabalhadores.

O coordenador de educação do Dieese, Fausto Augusto Júnior, destacou como pontos importantes a retirada da possibilidade de capitalização do texto; a redução do tempo mínimo de contribuição para as mulheres, dos 20 anos da proposta original, para 15 anos (o relator manteve os 20 anos de contribuição para os homens); e a retirada das propostas do governo que reduziam o BPC, o benefício de prestação continuada dirigido a pessoas muito pobres.

Mas ele ressaltou que não há como prever se isso irá prosperar dentro da comissão especial, onde está sendo discutida, ou mesmo no plenário, próximo passo da tramitação da PEC.

Fausto também destacou que um dos aspectos principais que não foi alterado é a forma de cálculo dos benefícios, o relator manteve a proposta do governo, que prejudica os trabalhadores: ou seja, os homens continuam precisando ter 20 anos de contribuição para atingir 60% do valor da média do benefício, uma média que não expurga mais os 20% menores valores, portanto, o valor do benefício será menor.

No caso das mulheres, pelo relatório, o tempo mínimo seria 15 anos, mas também para atingir 60% do benefício, média que também não retira do cálculo dos 20% salários menores que recebeu ao longo da carreira.

O técnico do Dieese destaca ainda que o substitutivo mantém o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e continua prevendo a idade mínima como única referência.